

# REFLEXÕES SOBRE O SOFT POWER

Guilherme Mattos de Abreu\*<sup>1</sup>

## RESUMO

---

O “soft power” foi um conceito desenvolvido pelo Dr. Joseph Nye, da Universidade de Harvard, para descrever a habilidade de persuadir pela atração e cooptação, em vez de se utilizar o suborno ou a coerção pela força. Neste artigo, procurou-se decodificar o conceito em suas entrelinhas, gerando uma interpretação complementar a de Nye. O artigo desenvolveu o conceito, o conectou aos fundamentos de estratégia e o colocou no cenário brasileiro. Sustenta que as possibilidades do “soft power” brasileiro é superestimada por alguns entusiastas no Brasil; ao mesmo tempo que o país é muito vulnerável a este poder. Apresenta alguns casos emblemáticos a guisa de exemplo.

**Palavras-chave:** Soft Power; Atração e cooptação; Cenário Brasileiro.

## REFLECTIONS ON THE SOFT POWER

### ABSTRACT

---

Soft power is a concept developed by Joseph Nye of Harvard University to describe the ability to attract and co-opt rather than coerce, use force or give money as a means of persuasion. This article sought to decode the concept in its interlines, generating a supplementary interpretation to the Nye’s concept. It develops the concept, connects it to the fundamentals of strategy and places it on the Brazilian scene. It sustains that the possibilities of Brazilian soft power is overestimated by some enthusiasts in Brazil; at the same time, the country is very vulnerable to this power. Some representative cases are presented.

**Keywords:** Soft Power; Attractive and co-opt; Brazilian Scene.

---

\* Colaborador da EGN, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: gmdeabreu@gmail.com

<sup>1</sup> Contra-Almirante (RM1). Colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (CEPE-EGN).

## INTRODUÇÃO

Uma pessoa razoavelmente informada e dotada de flexibilidade intelectual, ainda mais se de formação cartesiana, tende a rejeitar dogmas e a solução fácil para problemas complexos, e a demonstrar capacidade de admitir as opiniões divergentes. Para este indivíduo, os paradoxos representados pelas manifestações de desconhecimento e ações decorrentes, particularmente quando expressas por adultos respeitáveis e por pessoas consideradas cultas, mostram-se de difícil compreensão e aceitação. Observa-se que a falta de conhecimento e a focalização demasiada em crenças, áreas de atuação ou de interesse geram dificuldades para a percepção do todo, sendo usual as pessoas empregarem falsos padrões de avaliação.

Como alguém aceita a implementação de medidas amplas de abertura da economia, com liberalismo em alto grau e sem salvaguardas, mesmo sabendo da existência de agentes econômicos de elevadíssimo poder, capazes de manipular a livre concorrência, quando a sabedoria milenar indica a necessidade de medidas acauteladoras, embasadas em análises prévias, complexas e de caráter multidisciplinar? Até na Bíblia encontramos fundamentação para este questionamento: David, para habilitar-se a enfrentar o gigante Golias, munuiu-se de um dispositivo que lhe permitiu superar as suas desvantagens comparativas!

Como pode alguém empenhar-se em defender, sem maiores considerações, concepções ideológicas radicais, tendo conhecimento de que somente foram viabilizadas onde as populações foram mantidas sem acesso à informação e sob coerção e massivo endoutrinamento (e sendo levadas a dificuldades e restrições tais, que inúmeros indivíduos colocavam a sua vida em risco e, por vezes, encontravam a morte, para escapar de seus países)?

Como se conseguiu o banimento dos produtos a base de clorofluorcarbonos (CFC) no mercado internacional, com acentuada rapidez, uma vez que os estudos que levavam a concluir pela sua influência na camada de ozônio (bem como, principalmente, o seu grau de significação) eram motivo de contestação, particularmente levando em conta os elevadíssimos custos de substituição?

Parece notório que vivemos em uma confrontação psicológica diuturna, em busca da conquista de corações e mentes. A fundamentação para esta impressão insere-se no contexto do que se convencionou chamar de “soft power” (ou “poder suave” ou “poder brando”).

A constatação motivou o presente estudo, em que se vincula o “poder suave” a sua aplicação à estratégia e ao ambiente que nos envolve, indo um pouco além do manifestado pelo formulador do conceito, Dr. Joseph Nye Jr.

Ainda que seja evidente que o Brasil possui algumas características

positivas, no que se refere ao emprego do “soft power”, o efeito de nossas peculiaridades é superestimado por alguns entusiastas, em uma interpretação idealista e ingênua, do conceito. O fato é que nós, brasileiros, temos muito que aprender sobre o nosso Brasil: valorizá-lo adequadamente, bem como habilitar-nos a conhecer as suas capacidades e vulnerabilidades. Lacuna que configura um campo fértil para a atuação do “soft power”.

Escrito em 2011, a versão inicial deste estudo ficou demasiado extensa para publicação na Revista da Escola de Guerra Naval. Foi revisto, atualizado e condensado em 2013, de modo a se chegar a uma dimensão compatível. Foi organizado da seguinte forma: nos primeiros capítulos serão abordados os conceitos relacionados ao “soft power” e conexos, como, por exemplo, fundamentos de estratégia, reflexões sobre o ambiente em que vivemos e a ação dos formuladores de opinião. Em seguida, serão mencionados casos emblemáticos relacionados à aplicação dos conceitos.

## O “SOFT POWER”

Nicolau Maquiavel advertiu os príncipes na Itália que era mais importante ser temido que amado. Mas, no mundo de hoje, é melhor ser ambos.

Joseph Nye (2004)

Prestígio significa o reconhecimento da força de uma nação por parte de outros povos. O prestígio (alvo de escárnio por alguns) é enormemente importante, pois se a sua força for reconhecida, uma nação é, em geral, capaz de atingir seus objetivos, sem ter de usá-la.

Edward Hallett Carr, em discurso na Câmara dos Lordes, Londres, em 18 de dezembro de 1945.<sup>2</sup>

O “soft power” repousa na capacidade de moldar as preferências dos outros.

Joseph Nye (2004)

O conceito de Poder é complexo e admite diversas acepções: a capacidade de realizar algo; a habilidade em se obter os resultados desejados; a competência para afetar o comportamento das pessoas, de modo a viabilizar tais resultados, a capacidade de resistir a pressões etc.

---

<sup>2</sup> Conforme citado em Wight (2002, p. 88). Edward Hallett Carr (1892 - 1982), foi um diplomata britânico, historiador marxista, jornalista e teórico de relações internacionais.

Em síntese, é a capacidade de realização, a despeito das ações em contrário, apresentando vertentes ofensiva e reativa.

Poder Nacional é o conjunto de condições políticas e psicossociais e de recursos econômicos, militares e científico-tecnológicos de que uma nação dispõe para alcançar, tanto no âmbito interno, quando no campo internacional, os seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos que se lhe oponham.<sup>3</sup>

É simples avaliar se uma nação é poderosa ou não a partir de dados concretos, como grandeza populacional e territorial, disponibilidade de recursos naturais, dimensão econômica e estabilidade social. Mas tais parâmetros são insuficientes, pois há necessidade de se considerar recursos menos palpáveis, como a existência da habilidade de construir e moldar estratégias de qualidade e a disponibilidade de lideranças motivadas, hábeis, preparadas e inovadoras, particularmente considerando a velocidade com que tudo se processa em nosso tempo.

O denominado “soft power” ou “poder suave” ou “poder brando” consiste na habilidade de se obter o que se quer por meio da atração ou indução, em vez de coerção ou pagamento. Surge, no sentido estrito, a partir da atração pela cultura de um país, seus ideais políticos e suas políticas. Mas também inclui a capacidade de construir ambiente adequado às aspirações, iniciativas ou empreendimentos.

Atua no campo psicossocial e é exercido pelos mais poderosos e pelos que dispõem de mais conhecimento, iniciativa e sagacidade, de modo a afetar o comportamento das pessoas, e, conseqüentemente, das instituições e de países, mediante convencimento. Envolve desde ações e atitudes de longo prazo e maturação [como o desenvolvimento de credibilidade e prestígio, a criação de ambiente favorável ou desfavorável a iniciativas de variada natureza (mediante intercâmbios, indução a alterações comportamentais do público-alvo, mudanças de legislação, etc.)], às ações destinadas a atender casos pontuais em curto prazo, que, usualmente, terão como base o moldado pelas ações e atitudes de longo prazo.

A aplicação do conceito não está limitada aos países. A era da informação marca a importância crescente de atores intergovernamentais e não-estatais, como as organizações não-governamentais (ONG) e as multinacionais, no cenário internacional. As ONG, que cresceram em importância, em quantidade e diversidade, em função da habilidade em obter seguidores, são muito levadas em conta pelos governos, seja como

---

<sup>3</sup> Adaptação de definição existente no Novo Dicionário Aurélio, 1ª Edição. 9ª impressão. Editora Nova Fronteira S. A.

aliadas ou como adversárias. Vale dizer, que os conceitos desenvolvidos no presente capítulo também são aplicáveis a essas organizações.

Joseph Nye Jr., que desenvolveu a fundamentação teórica do conceito, assinalou que o “soft power” envolve a capacidade de restringir as opções daqueles que sofrem a ação, bem como a de moldar a agenda internacional. Aponta que “se um país consegue moldar as regras internacionais de forma consistente com os seus interesses e valores, as suas ações terão maior probabilidade de parecer legítimas aos olhos dos outros”; e que a capacidade de controlar as instituições internacionais reforça o “soft power”. Cita que o Reino Unido, no século XIX, e os Estados Unidos, no século XX, promoveram os seus valores ao criar regulamentação e instituições internacionais consistentes com os seus sistemas econômicos: o padrão ouro e o livre comércio, no caso britânico; o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Internacional do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU), no caso dos EUA. Quando os países fazem o seu poder parecer legítimo perante os olhos dos outros, encontram menor resistência para as suas aspirações. (NYE JR., 2004, p. 10, 11)

Mas Nye não apresenta conceitos novos! Apenas os resgatou, adaptando-os e demonstrando as vantagens em se adotar uma postura mais suave para o atendimento dos objetivos nacionais dos Estados Unidos. Sun Tzu já prescrevia o “soft power” há cerca de 2.500 anos. Theodore Roosevelt tinha em seu receituário, há mais de um século, a fórmula: “fale suave, mas carregue uma grande vara: você vai longe”. Bem como os Estados Unidos têm longa tradição no emprego do “poder suave”, a começar pela atratividade que exerciam no século XIX, como terra da oportunidade e da liberdade, em uma época em que ali havia acentuada discriminação racial e de gênero, elevada corrupção e criminalidade, trabalho infantil e um número expressivo de famílias vivendo em habitações precárias ou em cortiços, em locais que hoje são imagens de cartão postal.

Cabe, ainda, destacar que Nye analisou o tema sob o ponto de vista norte-americano. Havia desenvolvido o conceito em livro de 1990 - contestando a opinião então prevalecente de que o país estava em declínio - e o retomou com duas publicações, em 2002 e 2004<sup>4</sup>, em uma conjuntura em que o uso do “hard power” estava em evidência, durante os governos de George W. Bush. Não é análise a ser transposta sem adaptações para o cenário verde amarelo!

Quanto ao Brasil, é evidente que o país possui algumas características

---

<sup>4</sup> *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. 1990; *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. 2002; *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. 2004.

positivas, no que se refere ao emprego do “soft power”. O próprio Nye fez menção ao país, ao citar, em contexto específico, que “o Brasil projeta certa atração tanto por sua vibrante cultura quanto por ser uma promessa para o futuro”. (NYE JR., 2004 p. 89). Mas o efeito de nossas peculiaridades é superestimado por alguns entusiastas, em uma interpretação idealista e ingênua, do conceito de “poder suave”. Esses entusiastas estão entre aqueles que “tiveram mau entendimento (do conceito) e o utilizaram impropriamente ou o trivializaram como uma simplesmente influência da Coca-Cola, Hollywood, blue jeans e dinheiro. (NYE JR., 2004, p. XI)

Joseph Nye apontou, claramente, que o “soft power” não exclui a necessidade dos Poderes Militar e Econômico. Entretanto, permite menor dispêndio para aquele que aplica o Poder e, conseqüentemente, maior eficiência. Sintetizou o conceito em uma consagrada metáfora:

O conceito básico de poder é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você quer que eles façam. Existem três maneiras de fazê-lo: a primeira é ameaçá-los com varas; a segunda é suborná-los com cenouras; a terceira é atraí-los ou cooptá-los, de modo que eles queiram o que você quer que queiram. Se você é capaz de seduzi-los de modo que façam o que você quer, isso significará menor dispêndio com cenouras ou varas.

Em essência, caso-a-caso, o balanceamento quanto à aplicação do “soft power” e dos Poderes Econômico e Militar está relacionado às características do país objeto da ação – como o grau de coesão e de permeabilidade cultural- e dos interesses em jogo. “O poder inteligente não é duro nem brando”, aponta Nye Jr. (2004, p. XIII), mas sim, as duas coisas ao mesmo tempo (destaca-se que sempre haverá composição dos segmentos de poder, pois, mesmo em guerra, os demais poderes continuam a atuar). A este balanceamento denomina-se “smart power” (“poder inteligente” ou “poder arguto”)<sup>5</sup>. Eis a essência da questão!

A leitura de Nye Jr. indica que países econômica e militarmente fracos carecem não apenas dos recursos de “hard power”, mas também dos relacionados ao “soft power”, ou seja, a capacidade de sedução e a de influenciar a agenda internacional. O autor exemplifica com outra metáfora, atribuída a Osama Bin Laden: “As pessoas ao verem um cavalo forte e um fraco, por natureza, gostarão do forte.” (NYE, 2004, p. 26).

Note-se que o Poder Militar, mesmo em tempo de paz, pode ser

---

<sup>5</sup> Hillary Clinton’s Statement at Senate Confirmation Hearing.1909, conforme citado in NYE Jr., 2004, p. 32.

empregado de várias maneiras em proveito do “poder suave”, como, por exemplo, em apoio à Diplomacia tradicional e no âmbito da Diplomacia da Defesa (diplomacia paralela exercida pelo Ministério da Defesa), tais como: Apoio tecnológico, logístico e de segurança as missões e aos empreendimentos e no exercício da Diplomacia Pública<sup>6</sup>; demonstrando capacitação(o “braço forte”); e apoiando outros países em momentos de dificuldade (estendendo a “mão amiga”), por ocasião de desastres naturais ou gerados pela ação do homem.

Julga-se conveniente fazer-se a seguinte ressalva ao formulado por Nye Jr.: usualmente, percebe-se o “soft power” como um poder indolor, como a própria denominação indicaria. Mas a resultante final da aplicação deste poder pode ser dolorosa ou, ao menos, indesejável para quem sofre a ação, ainda que a relação causa-efeito não seja percebida. Cabe lembrar que terceiros podem ser induzidos a realizar o trabalho duro (exemplo: os conflitos internos de caráter político-ideológicos, nos países do Terceiro Mundo, ao longo da Guerra Fria).

Destaca-se que Nye Jr. (2004, p.150) assinalou que: “repulsa e o ódio também pode compelir as pessoas a agir, mas a resultante que produzem são usualmente indesejáveis por aqueles que os geraram. Alguns podem considerar isto um ‘soft power negativo’, mas a expressão seria incoerente com a minha definição do poder como a de produzir o resultado desejável.”

Este autor considera a estanqueidade idealizada por Nye Jr. contraditória e irrealista, pois uma ação de indução ou de cooptação por atração ou sedução não pode ser classificada como suave ou não em função do resultado. O adjetivo “suave” qualifica os instrumentos e procedimentos utilizados para alcançar os efeitos desejados. Também se busca alcançar “efeitos desejados” quando se emprega o Poder Militar e o Poder Econômico. A análise do tema do ponto de vista da estratégia e os argumentos de NYE Jr., em seu conjunto, bem como exemplos que apresentou, levam a concluir por esta incoerência.

Além disso, a mesma ferramenta pode ter efeitos opostos, em ambientes diferentes: os filmes de Hollywood são instrumentos do “soft power”; mas as obras que demonizam o Islã minam a capacidade de aproximação

---

<sup>6</sup> A Diplomacia Pública tem o propósito de alcançar e persuadir públicos-chave e líderes estrangeiros e neutralizar ou desmentir boatos. Como instrumentos, utiliza declarações públicas, visitas de alto nível, intercâmbio cultural, eventos culturais, artísticos e esportivos, programas de visitas e de intercâmbio voltados para indivíduos com boas perspectivas de carreira em áreas de interesse, apoio a organizações privadas, etc. Uma dimensão marcante da Diplomacia Pública é o desenvolvimento de relações duradouras com indivíduos-chave ao longo dos anos, através de bolsas de estudo, intercâmbio, treinamentos, seminários, conferências e acesso aos canais de mídia.

do governo dos EUA com os países islâmicos (NYE JR., 2004, p. 15); uma demonstração de força militar pode ser percebida com admiração ou como intimidação. Acrescente-se que, em determinadas circunstâncias, provocar uma agressão por parte do influenciado pode ser o desejo do agente indutor.

Por fim, é oportuno trazer a baila outra visão do tema: As realizações humanas, sejam no campo individual ou coletivo, são impulsionadas e condicionadas ao balanço apropriado de três fatores, que constituem o que poderíamos denominar “*fórmula 3G*”: God, Gold, Glory. Trata-se da síntese dos fatores motivadores que levaram ao processo de exploração e expansão europeia ao longo dos séculos XV e XVI, onde os homens se arriscavam nos grandes empreendimentos para difundir a sua religião ou combater outras religiões (“God”); em busca de enriquecimento (“Gold”); ou em busca pelo reconhecimento em vida ou perenização na memória das futuras gerações (imortalidade) (“Glory”).

Em uma perspectiva mais moderna, o primeiro “G” pode ser definido como crença. Não necessariamente em um deus ou em uma religião, mas também em ideologias, em ideais, em valores, em expectativas subjetivas etc.. O segundo “G” expressa a possibilidade de recompensa [ou, sob o ponto de vista da capacidade de realização: os recursos de capital, conhecimento (capital intelectual e científico & tecnológico) e material necessários para viabilizar o feito]. Por fim, o último “G”, a Glória, dispensa maiores explicações.

Como o “soft power” tem como objetivo direto afetar o comportamento das pessoas (e conseqüentemente de instituições e de seus países), a fórmula, em uma primeira aproximação, segmenta o campo de atuação do conceito, contribuindo para a formulação tanto das estratégias de emprego quanto de reação a este poder.

## FUNDAMENTOS DE ESTRATÉGIA

Estratégia, em sua origem, é uma ciência militar. Tem aplicação no dia-a-dia, uma vez que os Princípios da Guerra ou Princípios Estratégicos nada mais são que proposições do senso comum. Em sua acepção original, militar, estratégia exprimia o conjunto de ações pelas quais se procura, a partir de uma situação inicial, chegar a uma situação final desejada, em ambiente em que há confronto de vontades, considerando os fatores favoráveis e adversos existentes.

O que se busca, portanto, é a aceitação, pelo adversário das condições que se lhe quer impor. A decisão é um acontecimento de ordem psicológica que se quer produzir no adversário: convencê-lo de que prosseguir na luta é inútil. Isto significa que o resultado pode ser atingido não só pela vitória

militar. Esta, muitas vezes, será dispensável ou mesmo irrealizável (pode estar fora do alcance ou ser demasiado perigoso).

Com o passar do tempo, o termo “estratégia” passou a ser aplicado onde existe competição ou concorrência no meio civil. Estratégia, nos tempos modernos, extrapolou o domínio militar, estendendo-se à diplomacia, à economia, à política, ao campo psicossocial, à ciência & tecnologia etc.. Portanto, é pertinente discuti-la no presente estudo.

André Beaufrea (1998) definiu de modo abrangente:

Estratégia é a arte ou ciência de desenvolver e aplicar o poder nacional em toda a sua amplitude, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, ou o “jogo abstrato” no conflito de vontades para impor a vontade de um dos contendores sobre a do outro, valendo-se dos meios disponíveis estruturados da melhor forma.

## **A ESTRATÉGIA DA BATALHA**

Na fase que antecede a batalha, desde a Antiguidade, para um comandante, era (e é) de importância fundamental ter a habilidade de atrair o inimigo para a luta em terreno e ocasião que lhe ofereçam condições mais favoráveis. Isto significava buscar combater nos períodos adequados do dia; utilizar a conformação do terreno para reduzir a frente de combate de um inimigo de efetivo superior; posicionar-se convenientemente em relação à direção do vento ou da luz do Sol, etc.

Neste tópico, surge um conceito importante, que deve orientar a atuação em qualquer ambiente em que haja concorrência: atrair o oponente para o confronto em condições que ofereçam condições favoráveis. Também para um país, uma empresa ou indivíduo é essencial buscar atuar em uma conjuntura favorável. Aparece, então, um dos objetivos do “soft power”: moldar uma conjuntura favorável.

## **OS PENSADORES DA ESTRATÉGIA**

Desde a Antiguidade, pensadores dedicaram-se ao estudo da Estratégia, e seus ensinamentos continuam, em parte, atuais. Vejamos alguns conceitos aplicáveis ao tema:

### **a) Sun Tzu**

Sun Wu, conhecido como Sun Tzu (Mestre Sun) (544 AC - 496 AC), foi um estrategista celebrado por suas brilhantes campanhas. Seus ensinamentos foram muito difundidos ao longo do século IV AC, época em que foi composta uma edição que ficou conhecida no Ocidente como

“A Arte da Guerra”.

Mestre Sun destacou as qualidades do general: o segredo (a discrição), a dissimulação, a astúcia e a surpresa. E os defeitos básicos em relação aos quais este deveria pecar-se. Para vencer, o general deveria conhecer perfeitamente a terra (a geografia, o terreno), os homens (tanto a si mesmo quanto o inimigo). Sun-Tzu destacou a importância do conhecimento (inteligência), do estudo e da dedicação às tarefas:

Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras teu inimigo e conheces a ti mesmo, tuas chances de ganhar e de perder serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo teu inimigo e a ti mesmo, só contarás teus combates por suas derrotas. (capítulo 3)

Os generais que brilhavam entre os antigos eram homens sábios, previdentes, intrépidos e afeitos ao trabalho. (...) Entre eles, a leitura e o estudo precediam a guerra e os preparavam para ela. (capítulo 8)

Sun-Tzu enfatizou o cuidado no planejamento das operações, a rapidez, a dissimulação e a malícia em sua implementação, conforme os fragmentos a seguir:

Excelência mais alta está em obter a vitória e subjugar o inimigo sem, no entanto, lutar.

O prêmio maior de uma vitória é triunfar por meio de estratégias, sem usar as tropas.

Toda campanha militar repousa na dissimulação.

Aparecem, aqui, conceitos relevantes para o nosso estudo: a importância do conhecimento (do ambiente, do oponente, da conjuntura e o autoconhecimento); do estratégia; e, não menos importante, de vencer sem lutar, ou seja, sem a confrontação física direta, vale dizer, sem emprego do “hard power”.

b) André Beaufre (1902 - 1975)

André Beaufre foi um general francês, reconhecido estrategista militar. Ele globalizou o conceito de Estratégia. O conceito de estratégia indireta que desenvolveu é adaptável ao emprego do “poder suave”. Na estratégia indireta persegue-se a capitulação moral ou psicológica do adversário e a permanente busca pela liberdade de ação (ao mesmo tempo em que se procura restringir ao máximo a que desfruta o oponente). O essencial do confronto não se trava sobre o terreno do combate, mas fora dele.

## I - CONCEPÇÃO DA MANOBRA EXTERIOR

A ideia central da manobra exterior é assegurar o máximo de liberdade de ação, restringindo o adversário por laços de dissuasão (como Gulliver em Liliptu<sup>7</sup>). Trata-se de uma manobra psicológica. Os procedimentos de dissuasão empregados variam dos mais sutis aos mais brutais: Coloca-se em jogo o respeito às formas legais do Direito interno e internacional; invocam-se valores morais e humanitários; procura-se criar, no adversário, uma consciência pesada na luta, fazendo-o duvidar da causa [buscar-se-á a oposição da opinião interna, bem como de setores da comunidade internacional, “criando uma verdadeira coalizão moral, para a qual se atrairá simpatizantes ingênuos, seduzidos por argumentos adaptados a seus próprios preconceitos” (BEAUFRE, 1963, p. 124)]. Este clima será explorado nas organizações e fóruns internacionais (ONU, OEA, G-20, etc.) e será utilizado como ameaça, destinada a impedir uma ou outra ação do adversário. Qualquer semelhança com o noticiário da mídia de nosso tempo não é mera coincidência.

## II - CONCEPÇÃO DA MANOBRA INTERIOR

A manobra no espaço geográfico é denominada manobra interior. O problema resume-se a três variáveis: forças materiais, forças morais (campo psicológico) e duração.

No plano material e psicológico, a essência é saber durar. Assim, se a margem de liberdade de ação é grande, mas os meios disponíveis excessivamente fracos, pode-se recorrer a um conflito de longa duração, visando a promover a usura moral, a lassidão do adversário. Isto nos leva à guerrilha e ao terrorismo.

Mao Tsé Tung definiu as regras que constituem a essência da guerrilha, parcela das quais estão enquadradas no segmento psicossocial e, portanto suscetíveis à ação do “soft power”, como, por exemplo: íntimo acordo entre a população e os guerrilheiros. Mas uma noção capital, que tem como foco garantir a liberdade de ação da guerrilha, mereceria compor a lista de Mao: impedimento da repressão, dissuadindo a população de colaborar com o poder público, mediante terrorismo sistemático.

As táticas psicológicas empregadas empregam propaganda, doutrinação, intimidação e organização da população, por meio de um enquadramento cerrado e cuidadosamente vigiado. As ações materiais somente tem interesse

---

<sup>7</sup> “As viagens de Gulliver”, novela do escritor irlandês Jonathan Swift (1667 - 1745), publicada pela primeira vez em 1726.

pelo seu valor para levantar o moral ou o prestígio dos combatentes ou da população. O blefe é largamente utilizado.

Passando-se ao terrorismo, destaca-se que ele é extremamente dependente da mídia. “O terrorismo é um teatro”, definiu Brian Jenkins:

Os ataques terroristas são, via de regra, cuidadosamente coreografados para atrair a atenção da mídia eletrônica e da imprensa internacional. Fazer reféns aumenta o drama. Se certas demandas não são satisfeitas, os reféns podem ser assassinados. Os reféns, geralmente, nada significam para os terroristas. O terrorismo mira as pessoas que assistem e não as suas vítimas reais. O terrorismo é um teatro. (JERKINS, 1974, p. 4)

A concepção do terrorismo como teatro destaca que o seu poder real é maior do que os seus recursos de “hard power”, em função do componente psicológico intimidante e da atração – o seu “soft power”.

## O AMBIENTE EM QUE VIVEMOS

O Brasil não tem a mínima vocação para ser uma potência regional... Liderar custa dinheiro, algumas vezes, a força é necessária ... Não está interessado nisto. Não quer isso. Não é capaz. Não tem garra. Finge que é importante,..., mas não assume responsabilidades internacionais. Isto não significa que o Brasil não é um lugar agradável e divertido de viver, muito mais agradável do que muitos países ibero-americanos, mas significa que você não pode obter maçãs de uma laranjeira.

Carlos Alberto Montaner (2009)<sup>8</sup>

Na América Latina como um todo, chama a atenção o comportamento reativo e a razoável uniformidade de argumentos observados nas manifestações do senso comum, retratando ondas de conceitos que varrem o Continente, configurando susceptibilidade a modismos passageiros, mas, por vezes, de relevantes consequências. Outras peculiaridades identificáveis na região, aplicáveis, em maior ou menor grau ao Brasil, são (ABREU, 2005):

- a) A tendência em se colocar fatores externos como origem dos

---

<sup>8</sup> MONTANER, C. *Brazil can't be leader in region*. Miami Herald, 15 de setembro de 2009.

problemas – a “síndrome do bode expiatório” (“somos pobres: a culpa é dos outros”).

b) O injustificável e exagerado sentimento de baixa estima – a “síndrome do cachorro vira-lata” (que necessita de afago). No caso brasileiro, observa-se uma sensibilidade exagerada ao elogio e à crítica vinda do exterior.

c) A tendência em se atribuir ao estrangeiro a solução para os problemas que nos afetam – de certo modo, uma resultante da combinação das duas peculiaridades anteriores.

d) A limitada compreensão dos complexos processos de construção nacional. Especificamente no caso do Brasil, esse processo de construção é submetido a uma “assepsia” seletiva, desestimulando o desenvolvimento de uma sólida cultura de compromisso e reverência com o esforço e sacrifício das gerações que nos antecederam e que nos legaram esta magnífica herança (a mudança de temática na arte impressa no papel-moeda, do Cruzeiro ao Real, é um bom retrato da involução que se verificou no país). O descompromisso com o passado é uma excepcional vulnerabilidade para a aplicação do “soft power”.

Observa-se que os sistemas de ensino e de formação do cidadão não proveem, de forma suficiente, referências geradoras de coesão – um atributo importante para o exercício do “soft power”, particularmente em sua vertente reativa -, nem lhes inculcem qual a significação e complexidade de um país como o nosso Brasil. Sem essas referências, alguns indivíduos assimilam do exterior, convictamente, modelos ainda não testados ou aplicados segundo uma realidade diversa e, ao assumirem posições influentes, passam a empregá-los ou indicá-los, sem antes exercerem a crítica apropriada ou os ajustes necessários. Salienta-se que este comentário não constitui uma negação do valor da assimilação de conhecimentos e experiências obtidos em contato com o estrangeiro, visto que a interação entre os povos mostra-se importante para o progresso. Apenas destaca os inconvenientes, quando não se possui referenciais adequados.

Além disso, a população apresenta, em média, baixa escolaridade. Com isso, inexistente massa culta e com conhecimento diversificado suficiente para apreciar as propostas que são apresentadas e para exercer o saudável direito de divergir, mostrando as correções necessárias ou indicando novos caminhos.

e) A indisciplina intelectual que privilegia o empírico e o “que parece ser”, em detrimento de se decidir ou estabelecer conceitos com base no

estudo de indicadores ou de evidências concretas.

É sabedoria consagrada! Mao Tsé-Tung, registra o célebre “Livro Vermelho” (1964), abordou a necessidade de se desenvolver este atributo, ao discorrer sobre papel do dirigente do partido, em 1949:

Ter os números na cabeça. Isso significa que devemos atender ao aspecto quantitativo das situações ou problemas e fazer análise quantitativa básica. Toda a qualidade se manifesta numa quantidade determinada; sem quantidade não pode haver qualidade. Até a data, muitos dos nossos camaradas ainda não compreenderam que devem atender aos aspectos quantitativos das coisas – as estatísticas de base, às percentagens principais e aos limites quantitativos que determinam a qualidade das coisas. Eles não têm números na cabeça, e por isso não podem deixar de cometer erros.

No Brasil, “os problemas são sempre apresentados de maneira abstrata, principista e apriorista. Portanto, o coeficiente de análise empírica, de exame concreto de realidades verificáveis é muito pequeno ...”, apontou, certa vez, José Guilherme Merquior. (CASTRO, 2005, p. 18)

Levando-se em conta o princípio básico de gestão, segundo o qual somente se pode gerir com eficácia aquilo que se pode medir, tal tipo de comportamento representa uma desvantagem comparativa relevante em relação a outros povos.

O último argumento nos remete à dificuldade que muitas pessoas observam para aquilatar o grau de significação de nosso país. Isto pode tornar-se um problema ou causar embaraços no ambiente internacional, seja na tomada de decisões ou no relacionamento social: brasileiro, fazendo discurso de que o Brasil é um país pobre ou enaltecendo as nossas dificuldades, não é levado a sério ou é encarado com desconfiança pelas pessoas que conhecem minimamente o nosso país.

Será que aqueles que pregam a preservação plena da Amazônia e o seu loteamento em reservas têm noção comparativa de sua dimensão? A Amazônia Legal (5.217.423 km<sup>2</sup>, aproximadamente 61% do território brasileiro) poderia abrigar 1,58 “Índias” (3.287.263 km<sup>2</sup>), país que encerra em suas fronteiras 1,22 bilhão de habitantes (2012)<sup>9</sup>, o equivalente a cerca de 17,4 % da população mundial (cerca de 7 bilhões). Vale dizer que, em tese, poder-se-ia abrigar, 27,5 % da população mundial naquele pedaço de Brasil.

---

<sup>9</sup> Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>>.

## OUTRO PERFIL DO BRASILEIRO

*A antiga Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), ao levantar às características do brasileiro, com o propósito de desenvolver um trabalho de comunicação social adequado ao público visado, consoante os objetivos estabelecidos pelo governo, entre outras, discriminou as seguintes características, estabelecidas a partir das impressões encontradas nas obras de grandes escritores e sociólogos nacionais. (COSTA, O. 1970; idem, 1978).*

*a) Aspectos ligados à inteligência: inteligência vivaz, excitável, imaginação e criatividade, deficiência de senso de objetividade e de exatidão.*

*b) Aspectos ligados ao caráter: afetuosidade, emotividade sentimentalismo, ternura, doçura, bondade, extremos de euforia e de desânimo, imprevidência e dissipação, improvisação, imprevidência e dissipação, tolerância e generosidade, espírito de religiosidade.*

*c) Aspectos comportamentais e inter-relacionais: hospitalidade, cordialidade, espírito de imitação, capacidade de adaptação, grande capacidade de humor, de crítica, de gozação, aversão ao formalismo, vocação pacifista, amor à família, individualismo anárquico contrastando com grande aptidão para o trabalho em equipe, deficiência de espírito comunitário, aversão à violência, ao arbítrio, à prepotência.*

*Em uma primeira etapa, foram selecionados temas a serem trabalhados, tais como: amor à pátria, coesão familiar, dignificação do homem, vocação democrática do povo brasileiro, respeito à lei, dedicação ao trabalho, desenvolvimento do espírito de poupança, etc. Também havia a preocupação com o fomento de uma imagem favorável do Brasil no exterior, com visão de longo prazo.*

*Observa-se que o trabalho então planejado teve como foco alguns temas diretamente relacionados ao fortalecimento da capacidade de “soft power” do Brasil. Lamentavelmente, o esforço não teve continuidade!*

## A EVOLUÇÃO DO PROCESSO

É evidente que esta idiossincrasia, em suas origens, esta relacionada à interação cultural com os indígenas, colonizadores, invasores e os trazidos como escravos. No caso brasileiro, a partir da primeira metade do século XIX, como consequência da abertura dos portos de 1808, intensificou-se a

comunicação por mar, inicialmente beneficiando os britânicos. Os franceses ganharam evidência, a partir de 1815.

O Brasil recém-independente, com mentalidade separatista, era um terreno receptivo ao que vinha do exterior, ao mesmo tempo em que tendia a rejeitar o que era português<sup>10</sup>. Assim, o que era de origem estrangeira virou moda; o de origem portuguesa, ultrapassado e de mau gosto. Não tardou para que os intelectuais franceses passassem a influenciar os brasileiros. Pais abastados enviavam os filhos para estudar na França, os quais, ao retornarem, aguçavam a influência francesa na sociedade.

A influência norte-americana começa no século XIX e tornou-se crescente no século seguinte. Foi maximizada a partir da Segunda Guerra Mundial. Ela é historicamente persistente, pragmática e coerente com os interesses duradouros daquele país, ainda que flexível quanto aos objetivos a alcançar (variam com o tempo e o espaço geográfico).

No que interessa ao “soft power”, é evidente que a influência continua acentuada, em função da presença maciça nos meios de comunicação, seja através de livros, filmes e documentários ou por meio da mídia de notícias. A existência de organizações governamentais voltadas à divulgação e de assessorias especializadas no trato com a imprensa nos órgãos do governo, além da ação de organizações privadas, permite que a posição dos Estados Unidos ou das grandes corporações daquele país sobre qualquer tema relevante seja disseminada rapidamente, aspecto que tende a orientar a abordagem do assunto em todo o mundo- vale dizer: orienta o estabelecimento da agenda internacional e da moldura em que se fará o debate.

No século XX inicia-se a expansão do comunismo. Nos chamados países semi coloniais, como os da América Latina (segundo antiga classificação soviética), onde se desejava obter influência, a estratégia consistiu no cultivo de sentimentos de rejeição e descrédito às potências oponentes, representadas pela França e pela Grã-Bretanha e, mais tarde, pelos Estados Unidos; e em medidas destinadas a debilitar os segmentos da sociedade e do Estado que pudessem se contrapor à implantação da “nova ordem”.

As atenções de Moscou para com a região começaram, efetivamente, depois da ascensão de Stalin. Em 1924, foi criado o Secretariado Latino na estrutura do Komintern. No ano seguinte, o Secretariado Sul-Americano passou a funcionar em Buenos Aires (STEIN, 1972, p. 30-32). Tratava-se de um teatro de operações secundário, mas que seria palco de alguns acontecimentos relevantes já na década seguinte. Desde então, a influência da ex-União Soviética na região passou por altos e baixos.

---

<sup>10</sup> *O Brasil, a França e o mar*. 2009, p. 47- 55.

Um registro importante é que, no início da Segunda Guerra Mundial, em função do Pacto Germano-Soviético, o Comunismo Internacional opôs-se aos esforços voltados à defesa empreendidos pelas nações ocidentais (inclusive no Brasil<sup>11</sup>), mas mudaram para posição diametralmente oposta, após Hitler invadir a União Soviética. Ocorrência que comprova que os comunistas eram oficialmente internacionalistas, mas o Comunismo Internacional servia ao interesse nacional da União Soviética (SOWELL, 2011, p. 100, 490) – ou seja, uma autêntica manifestação do “poder suave” soviético.

No início dos anos sessenta, os serviços de inteligência comunistas começaram a comprar secretamente jornais, revistas e pequenos serviços de imprensa nos países em desenvolvimento. Tais investimentos foram pouco rentáveis e não subsistiram na América Latina, tanto pela tomada do poder por grupos anticomunistas – o que provocou o fechamento de vários desses periódicos – quanto pela necessidade de recursos ser superior à capacidade financeira desses serviços. Cedo, verificou-se que dispor de jornalistas formadores de opinião, estáveis e operando separadamente em vários jornais e revistas populares, era a melhor maneira de influenciar a mídia de massa.

Esse trabalho inteligente e persistente rendeu frutos, pois a esquerda, gradualmente, alcançou o poder em alguns países do Continente nos anos seguintes, ainda que relativamente por pouco tempo (exceto quanto a Cuba). A partir dos anos oitenta, com o abandono da luta armada, o processo sofisticou-se, tendo como base os formadores de opinião (educadores, jornalistas, articulistas etc.) moldados na etapa anterior. Trata-se de uma estratégia atilada, que buscou criar sinergia mediante vários mecanismos, utilizando a academia e os círculos intelectuais como fontes irradiadoras de ideias em caráter duradouro.

Verifica-se, a luz dos exemplos, que, quanto ao emprego do “poder suave” na disputa pelo controle dos países latino-americanos, temos um jogo de soma zero, ao menos no terreno das intenções.

Essas influências de origem externa - ora conflituosas, ora concorrentes, ora convergentes - contribuíram para modelar aspectos peculiares da idiossincrasia latino-americana, da qual, obviamente, inclui-se o Brasil. Representantes típicos desse comportamento são os personagens capazes de, simultaneamente, reivindicarem tratamento privilegiado nas relações

---

<sup>11</sup> Joel da Silveira, em entrevista a Geneton Moraes Neto, narrou que intelectuais e jornalista de esquerda (inclusive ele) participaram do suplemento literário de um jornal chamado “Meio-Dia”, financiado por uma agência alemã, no Rio de Janeiro. Eram “ordens de Moscou”, em função do Pacto Germano-Soviético, assinalou Silveira. (MORAES NETO, 2013). Mais tarde, os comunistas passariam a defender o ingresso do Brasil na Guerra.

comerciais com os países ricos; de demonizarem esses países como os maiores culpados pelos males que afligem o Continente; e de aspirarem ao modo de vida dos habitantes das nações desenvolvidas, procurando, até mesmo com sacrifício, imitá-los, obter e exibir os seus típicos bens de consumo. Afinal, é da natureza humana buscar a identificação com os vencedores!

Nessa conjuntura, é nossa avaliação que o Brasil mostra-se muito sensível a ação do “soft power”.

## OS UNGIDOS

Ilustres professores, talentosos poetas e jornalistas influentes juntam os seus talentos para convencer a todos que os ouvem que os tiranos modernos eram libertadores e os seus crimes inconcebíveis eram nobres, quando vistos na perspectiva própria.

Mark Lilla (2001)<sup>12</sup>

A primeira coisa que um homem por seu ideal é mentir.

Joseph Alois Schumpeter (1883 - 1950)

O termo que dá título a este tópico foi adotado por Dr. Thomas Sowell<sup>13</sup>, em seu livro "The Vision of The Anointed, Self-Congratulation as Basis for Social Policy" ("A Visão Do Ungido, Autocongratulação Como Base para a Política Social"). Sowell definiu o “ungido” como aquele intelectual com credibilidade, que substitui os fatos e o pensamento racional por afirmações retóricas, alterando, por sua influência, as reações da sociedade.

Segundo aquele autor, possivelmente, nunca antes na história houve uma época em que os intelectuais tivessem um papel tão amplo na sociedade quanto em nosso tempo. E quando esses geradores de ideias (os “donos do conhecimento”) são envoltos por uma espessa névoa constituída pelos que adotam e disseminam essas ideias- sejam professores, jornalistas, artistas,

---

<sup>12</sup> LILLA, Mark. *The Reckless Mind: Intellectuals in Politics*. New York: New York Review Books, 2001. p. 198, citado por SOWELL, 2011, p. vii.

<sup>13</sup> O economista, crítico social, filósofo político e autor Thomas Sowell é afroamericano, nascido em uma família pobre em um estado sulista (Carolina do Norte), em 1930. Combateu, como soldado fuzileiro naval, na Guerra da Coréia. Obteve o bacharelado na Universidade de Harvard, em 1958; mestrado na de Columbia, em 1959; e o doutorado em Economia, na de Chicago, em 1968. A sua crítica social evidencia as peculiaridades de sua formação acadêmica e experiência de vida.

assessores, ativistas, e outros, que fundamentam as suas crenças e ações nas concepções desses intelectuais -, a influência no rumo da evolução social pode ser considerável ou mesmo crucial. A influência está relacionada ao ambiente circundante, incluindo quão livre os intelectuais são para propagarem as suas ideias e nem tanto em serem instrumentos da propaganda estatal, como ocorre nos países totalitários. (SOWELL, 2011, p.v). Os intelectuais a que se refere Sowell compõem uma "categoria ocupacional", constituída por pessoas que, como ocupação, lidam principalmente com ideias: escritores, acadêmicos e conexos. Nesse contexto, "o trabalho do intelectual começa e termina no campo das ideias". Aqui, não são considerados como intelectuais os formuladores de trabalhos tangíveis, que abordam a aplicação de ideias ou conceitos, como os textos profissionais elaborados por engenheiros, médicos, etc. (SOWELL, 2011, p. 4, 5).

Para Sowell, os que seguem a visão dos ungidos apresentam determinado padrão de comportamento. "Tendem a se ver como os advogados da mudança; e seus opositores, como defensores do status quo. O comportamento, de modo geral, reflete atitudes em vez de princípios. Veem as causas como cruzadas e a sua visão é algo a ser protegida, virtualmente a todo custo, mesmo que isto signifique encapsulá-la em uma bolha, em que os fatos discordantes não possam ameaçá-la." (SOWELL, 2011, p. 172). Em síntese, não lidam com a realidade nos termos desta realidade.

O filósofo Luiz Felipe Pondé, ao comentar os argumentos de Sowell, assinalou:

A função do intelectual é ler, escrever, dar aula, orientar pesquisas, participar do debate público, mas não assumir funções executivas porque somos obcecados por nossas visões de mundo, corretas ou não, somos monstruosamente vaidosos e pouco democráticos, pelo contrário, adoramos o poder, e nos achamos superiores moralmente.

[...]

As ciências duras geram produtos técnicos, testáveis e que quando erram são mais facilmente identificáveis. E se nem sempre o são, a causa é aquilo que o epistemólogo Imre Lakatos chamava de conteúdos exteriores ao "rational belt", ou cinturão racional, ou seja, componentes exteriores ao próprio método científico, como fatores políticos, econômicos, morais, psicológicos.

Nas ciências humanas se pode dizer tudo, porque nada é testável, e normalmente quando se erra, se inventa alguma hipótese "ad hoc" (basicamente, neste caso, desculpas chiques) para justificar. (PONDÉ, 2012)

Outras vertentes podem ser consideradas: o “ungido” e seus seguidores são compelidos a se manterem dentro de suas linhas de pensamento ao longo do tempo, seja por insensibilidade ao contraditório, auto preservação ou condicionamento do ambiente<sup>14</sup>. Quando assumem cargos no âmbito do estado, em que podem atuar em proveito das causas que defendem, se veem tentados a priorizá-las em detrimento do objetivo maior – os interesses da nação. Podem, ainda, apresentar reivindicações que não fazem parte do anseio dos envolvidos (e apresentar como conquistas relevantes, quando alcançadas).

É frustrante para aqueles que buscam, de forma honesta, transformar potencialidade em riqueza - e são muitos neste Brasil -, ver a consecução de seus objetivos obstados por fatores sem grau de significação comparativamente relevante.

Sowell assinala que intelecto não é sabedoria. Sabedoria é uma qualidade rara e pode ser definida pela habilidade em combinar intelecto, conhecimento, experiência e julgamento, de modo a produzir um entendimento coerente. O oposto de “elevado intelecto” é estupidez ou embotamento. Como oposto de sabedoria, podemos mencionar a inépcia, a insensatez, a insensibilidade, a incapacidade de percepção e de julgamento, a ingenuidade e a imprevidência<sup>15</sup>. (SOWELL, 2011, p. 4)

Acrescente-se que os temas que afetam a sociedade envolvem múltiplas variáveis e dificilmente um único indivíduo (ou grupo de indivíduos polarizados) terá conhecimento para conduzir assuntos demasiadamente complexos. Haverá necessidade de se dispor de uma assessoria de caráter multidisciplinar para tal. Afinal, como apontou Einstein, “somos todos ignorantes, mas não ignoramos as mesmas coisas”!

Sowell, ao longo de mais de quinhentas páginas, evolui ao longo da história até o nosso tempo, apontando como as reações da sociedade, em inúmeras oportunidades, fluíram ou fluem em sentido oposto à lógica ditada pela realidade (SOWELL, 2011).

A inclusão do tema “ungidos” neste estudo justifica-se porque esses intelectuais são “trabalhados” em proveito do “soft power”, uma vez que são capazes de influenciar a sociedade em proveito dos que buscam exercer

---

<sup>14</sup> Autopreservação: artistas, políticos, intelectuais e outros terão dificuldades em reformular posicionamentos que compõem a suas imagens, mesmo que a experiência de vida assim o indique. Condicionamento do ambiente: observa-se uma tendência a exercerem atividades ou frequentarem os ambientes que se relacionem aos seus condicionamentos, sendo precariamente submetidos ao contraditório. Também podem ser condicionados por patrulhamento ideológico.

<sup>15</sup> Sowell utilizou uma única palavra em oposição à “sabedoria”: “foolishness”. Neste estudo, julgou-se conveniente detalhar os múltiplos significados de “foolishness”.

este poder. Tanto que são alvos relevantes da Diplomacia Pública, a qual tem como dimensão marcante o desenvolvimento de relações duradouras com indivíduos-chave ao longo dos anos, através de bolsas de estudo, intercâmbio, treinamentos, seminários, conferências e acesso aos canais de mídia.

## **CASOS EMBLEMÁTICOS**

No desenvolvimento do presente trabalho foram estudados alguns casos de aplicação do “soft power” considerados emblemáticos, a luz da fundamentação teórica. Priorizou-se casos pouco conhecidos ou raramente visualizados sob este prisma, diversificar épocas e modos de atuação, de modo demonstrar a extensão e diversidade do tema. Entretanto, tais casos serão abordados resumidamente, em face da limitação de espaço para publicação.

### **1. O SUCESSO DE PORTUGAL AO CONSTRUIR O IMPÉRIO ULTRAMARINO E SUA DECADÊNCIA COMO POTÊNCIA**

Portugal, particularmente considerando a sua diminuta população, é um interessante caso de aplicação do “soft power”, pois construiu o seu Império Ultramarino, em boa parte, fundamentado na visão de futuro, na ousadia, na superioridade em pesquisa e na acumulação e aplicação de conhecimentos; bem como na capacidade em manter os agentes de governo trilhando os caminhos do que hoje poderíamos chamar de objetivos nacionais permanentes - tais indivíduos, no instante preciso, souberam dar ordens apropriadas no interesse de Portugal.

Também é um bom exemplo de como as ideias prevalentes podem contribuir para o decaimento de uma nação, pois a sua capacitação esvaiu-se gradualmente, a partir do instante em que as condicionantes políticas e psicossociais foram se modificando. Portugal desbalanceara a “fórmula 3G” (God, Gold, Glory) e, em boa parte por ação de suas lideranças e como resultado da Inquisição, gradualmente perdeu a posição de relevo entre as potências européias.

### **2. O DESMANCHE, NO NASCEDOURO, DE UMA PRÉ-COLÔNIA BELGA NA AMÉRICA DO SUL**

O Rei dos Belgas parece querer fazer lá (no Brasil) uma repetição do Congo.

Monsenhor Gerard Van Caloen (cerca de 1899) <sup>16</sup>

Trata-se de episódio relativamente pouco conhecido. No final do século

---

<sup>16</sup> DUMOULIN; STOLS. 1987. p. 94.

XIX, empreendedores belgas estabeleceram-se na Região Centro-Oeste e Amazônia, em moldes que poderiam replicar em nosso país, com extensão na Bolívia e no Peru, o processo que levou à criação do Congo Belga, depois, República Democrática do Congo.

Entre 1898 e 1903, os belgas iniciaram as suas operações no centro-oeste, ampliando rapidamente a sua presença: novas empresas, obtenção de concessões para o transporte hidroviário, ferroviário, e rodoviário, extração de borracha, etc. Os empreendimentos estenderam-se pelos territórios do Acre, Amazonas Pará, norte de Goiás<sup>17</sup> (atual Tocantins) e Bolívia. Entre eles, destacava-se Descalvados, então o maior empreendimento agroindustrial de Mato Grosso, situado em terras que dominavam um potencial ponto de interligação das bacias amazônica e do Paraguai (região de Cáceres).<sup>18</sup> Incluía um projeto de evangelização de indígenas, às margens do Rio Branco, afluente do Rio Negro.

Nesse época, o “L’Africaine”, uma sociedade anônima com sede em Bruxelas, negociou com a Bolívia a construção de um porto no Rio Paraguai, o qual seria ligado por ferrovia a Santa Cruz de La Sierra, com ramal para a costa do Pacífico. O planejamento belga, portanto, incluía futura ligação com o Pacífico, configurando um potencial “hub”<sup>19</sup> interior, ligando os Oceanos Atlântico e Pacífico.

As iniciativas belgas fundamentaram-se no conhecimento, expertise e iniciativa superiores; e buscou explorar as debilidades do país-alvo. Não faltou, nem mesmo, o componente missionário.

Entretanto, enfrentaram algumas dificuldades relevantes na Região Centro-Oeste (inclusive em função do ambiente jurídico, que dificultava

---

<sup>17</sup> Uma das concessões, destinada à ligação ferroviária entre as bacias do Tocantins e do Araguaia (do Pará ao atual estado do Tocantins), que incluía a cessão de uma faixa de 20 km de terra marginais, passava na região de Serra Pelada e Serra dos Carajás (DUMOULIN, STOLS, 1987. p. 86).

<sup>18</sup> A região de Cáceres constitui uma área de potencial interligação das Bacias Amazônica e do Paraguai. Esta possibilidade já era preocupação portuguesa, visto a construção dos Fortes de Coimbra (as margens do Rio Paraguai, Corumbá, Mato Grosso do Sul) e Príncipe da Beira (as margens do Rio Guaporé, Guajará-Mirim, Rondônia), bloqueando o acesso espanhol à região. É lícito inferir que a escolha belga foi precedida de estudos e levantamentos, fundamentados na elevada capacitação daquele país. Note-se que a perspectiva de interligação fora abandonada pelo governo de Mato Grosso no final do século XIX, quando o engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, após estudos descartou a opção e propôs a construção de uma ferrovia entre o Jauru e o Guaporé.

<sup>19</sup> A palavra inglesa “hub” significa cubo (ou furo central) de uma roda, ou seja, local em que se insere o eixo. Tradicionalmente, é utilizada para denominar um centro ou foco em torno da qual as atividades gravitam. No caso, o empreendimento belga, mediante a interligação de bacias, portos fluviais e o modal ferroviário, configuraria um ponto de conexão (nó) de uma malha de transporte.

os processos de legalização da posse da terra e permitia retardar processos - dificuldades inexistentes na África e na Ásia). Por fim, o interesse belga retraiu-se, por discreta ação do Barão do Rio Branco, na sequência da solução do problema acreano. Sem alarde, o Barão promoveu o esvaziamento do empreendimento, negociando com os acionistas norte-americanos que formavam parte do capital das empresas belgas, os quais aceitaram retirar-se do negócio mediante compensação.

Mas os interesses belgas no Brasil continuariam a existir, em moldes que permitiu a este autor inferir que temos um interessante caso de aplicação do “smart power” pela diplomacia brasileira, tanto no desmanche quanto na reorientação dos investimentos belgas em nosso país. Destaca-se a visita do Rei Alberto I (1920, a bordo do recém-modernizado Encouraçado São Paulo) e a criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921.

### 3. A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA<sup>20</sup>

A Amazônia continua a ser uma reserva para o futuro.  
E nesse futuro é que está o grande perigo.

Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993)<sup>21</sup>

A proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)<sup>22</sup>, aprovada pela 1ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Paris, 1946), é um evento sui generis, pois ter sido apresentada pelo Brasil, uma vez que significava abdicação de soberania plena sobre cerca de metade do território nacional. Foi iniciativa do cientista e representante brasileiro na UNESCO, Paulo Estevão de Berredo Carneiro (1901-1982) e, em seus desdobramentos, colheia amplo apoio, particularmente entre aqueles que aspiravam ao desenvolvimento da ciência e da Amazônia (sendo que ainda é possível encontrar trabalhos recentes simpáticos à proposição provenientes deste meio, a despeito dos inconvenientes identificados).

Caberia ao IIHA, na configuração inicial aprovada, realizar pesquisas nos campos da botânica, da química, da zoologia, da geologia, da meteorologia, da antropologia e da saúde. Em 1947, foi escolhido como um dos quatro principais projetos a serem implementados pela UNESCO.

---

<sup>20</sup> Este tópico utiliza as seguintes fontes principais, como referência: MAGALHÃES, MAIO, 1994; MAGALHÃES; MAIO, 2004; BERNARDES, 1951; REIS, 1972.

<sup>21</sup> REIS, 1972, p. 21.

<sup>22</sup> Hiléia foi o nome dado pelo naturalista alemão Alexander Von Humboldt para designar a floresta tropical úmida, compreendendo a Amazônia.

Na ocasião, o projeto do IIHA teve as suas funções ampliadas, passando a envolver agricultura, educação e saúde, transformando-se em um projeto que contemplaria pesquisa científica, exploração econômica e demandas de ordem social<sup>23</sup>. No Brasil, o projeto receberia apoio de líderes políticos da região amazônica, que julgavam que haveria ganhos para os seus estados, bem como de outras personalidades, que reivindicavam ainda mais atribuições para o Instituto (como, exploração de recursos animais e vegetais, colonização de vazios demográficos, exploração do petróleo, abertura de estradas etc.), financiadas por recursos obtidos no exterior. Em 1948, ocorreram a Conferência de Iquitos (onde se proclamou a “Convenção de Iquitos”) e reuniões em Manaus, para definir a estrutura político-burocrática e as primeiras pesquisas a serem desenvolvidas.

O processo de ratificação da Convenção de Iquitos tramitou pelos setores pertinentes do Executivo, onde foi aprovado, e foi encaminhado pelo Presidente à apreciação pelo Congresso Nacional. Por fim, foi “engavetado” por iniciativa do Deputado Federal (e ex-presidente da República) Arthur Bernardes, que conseguiu impedir que a Convenção fosse levada ao plenário.

Assinala Arthur César Ferreira Reis, em sua equilibrada narrativa sobre a Convenção (ou Convênio), que, após os trâmites concluírem pela aprovação do documento, alguma coisa que não circulara fora percebida e sustara o processo e que: “Na Europa, o Convênio fora recebido como uma oportunidade para expansão de capitais e de populações. [...] Não se leu lá o diploma nos termos simples, nas objetivas científicas por que fora elaborado, mas nas entrelinhas, no que pudesse permitir a interpretação liberal e, na base dela, operar aquela inversão capitalista.” (REIS, p. 197)

O episódio mostra-se relevante por destacar o débil “soft power” nacional, no sentido reativo do conceito, pois o processo estendeu-se em larga medida até ser sustado; a imprescindibilidade de que o Estado disponha de um sistema de pesos e contrapesos eficaz, de modo contribuir para a existência de um processo decisório justo e equilibrado, adequado a estatura de nosso país; e o papel (ou o uso que se faz) das organizações internacionais. Curiosamente, não se identificou indução por parte de estrangeiros, ao menos no início do processo, o qual aparenta ter sido gerado no âmbito dos idealistas – os “ungidos”, como definido por Sowell.

#### 4. A ADOÇÃO DOS NAVIOS PETROLEIROS DE DUPLO CASCO

Os navios petroleiros, originalmente, eram construídos com casco

---

<sup>23</sup> É importante registrar que a ampliação de atribuições da IIHA não se fez sem resistências no âmbito da própria UNESCO.

simples, o seja, a carga (petróleo e derivados) contida nos tanques ficava separada da água do mar pelas chapas do costado. Caso o casco sofresse ruptura por colisão ou encalhe, o conteúdo dos tanques poderia derramar-se no mar e causar poluição. Um meio de se reduzir tal risco é a adoção de um segundo casco interno, sendo que o nível de proteção dependerá da natureza do incidente. Em impactos de baixa intensidade, o casco duplo é eficaz; mas insuficiente, nos encalhes ou colisões graves.<sup>24</sup>

Ainda que seja um recurso limitado, o encalhe do navio-tanque "Exxon Valdez" (Alasca, 1989), de ampla repercussão, provocou a sua adoção unilateral pelos Estados Unidos, por meio do "Oil Pollution Act" [OPA 90 (1990)], onde estabeleceram prazos e idades limites para a retirada de serviço dos petroleiros de casco simples. Seguiram-se medidas análogas por parte da Organização Marítima Internacional (IMO), por meio de Convenção (1992)<sup>25</sup>, a qual passou a exigir que os petroleiros de porte bruto igual ou superior a 600 toneladas entregues após 6 de Julho de 1996 fossem dotados de casco duplo ou configuração equivalente; e estabeleceu prazos para a operação dos petroleiros entregues antes dessa data.

O naufrágio do petroleiro "Érika" ao largo da França<sup>26</sup> (12/12/1999) provocaria um grave acidente ambiental e geraria um movimento no seio da IMO no sentido de antecipar a retirada do tráfego dos petroleiros de casco simples, impulsionado pelo argumento mágico "preservação do meio ambiente". Na 46ª sessão do Comitê de Proteção do Meio-Ambiente Marinho da IMO (2001), a Delegação do Brasil opôs-se a medida, demonstrando que não havia fundamentação técnica para proposta e apresentando um estudo comparativo "casco simples & casco duplo", envolvendo análise de risco, que indicava que a medida teria custos elevados, incompatíveis com o eventual ganho que poderia ser obtido<sup>27</sup>. A Delegação enfatizava que a adoção dos navios de casco duplo seria inútil. A posição brasileira foi vitoriosa.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> Os riscos de acidente distribuem-se por toda a rota. O risco de um derrame advém da resultante da combinação entre o evento, a probabilidade de ocorrência e as possíveis consequências. As consequências de acidentes com petroleiros podem ser magnificadas em decorrência do volume e tipo de carga transportada e vão depender de uma série de fatores, tais como, quantidade e tipo de produto vazado, características do ambiente atingido e sua sensibilidade, condições meteorológicas e oceanográficas, tempo de permanência do petróleo no meio, métodos de limpeza empregados. (SILVA, 2004)

<sup>25</sup> Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL)

<sup>26</sup> O navio, que transportava 31.000 toneladas de óleo combustível, partiu-se em dois e afundou, em decorrência de uma violenta tempestade, no Golfo de Biscaia. Deixou vaziar uma enorme quantidade de óleo, o qual matou vida marinha e poluiu as costas da Bretanha, França.

<sup>27</sup> MEPC 46/23 - Report of the Marine Environment Protection Committee on its Forty-Sixth Session 25 de maio de 2001. Disponível em: < <http://www.imo.org/> >.

<sup>28</sup> CONTTMAF e Marinha do Brasil renovam convênio para a Confederação continuar a participar das decisões da RPB-IMO. UNIFICAR - Revista do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, SINDMAR, n. 27, out. 2009. p. 26.

Neste caso, houve areal possibilidade de se tomar uma decisão inútil, mas de elevado custo, movida pela emoção (atizada por grupos de interesse com credibilidade), a qual criou um ambiente favorável a sua aceitação, uma vez que as consequências de acidentes como o do “Érika” não seriam evitadas com a solução proposta.

Note-se que, a exceção do Brasil, não houve, inicialmente, manifestação relevante contrária entre os países que compõem a IMO; e que a argumentação de nosso país, fundamentadas em razões de ordem técnica, não pode ser convincentemente refutada, obtendo, adesão da maioria. Trata-se de um interessante caso de processo decisório no ambiente das organizações internacionais, onde boa parte dos votantes são países com interesses limitados (e, relativamente, de fácil cooptação); e há necessidade de se esgrimir expertise.

## 5. A CRISE FINANCEIRA GLOBAL DE 2008<sup>29</sup>

A desregulação contou com um tremendo apoio financeiro e intelectual, pois as pessoas a defendiam em benefício próprio.

George Soros<sup>30</sup>

A crise financeira de 2008 provocou a pior recessão mundial desde a Grande Depressão de 1929. Resultou no colapso do sistema financeiro global. Expôs uma série de condutas dos vários agentes envolvidos, as quais prejudicaram a vida de milhões de pessoas.

A crise foi gerada em função da desregulamentação dos mercados, das concepções econômicas em voga e do desmesurado crescimento do setor financeiro, sem o correspondente lastro e salvaguardas, o que a insere no tema em estudo. A auto rregulação, que teoricamente estabilizaria o sistema, fracassou!

Tornou-se evidente que acadêmicos de renome, em sua atuação no governo ou por meio de pareceres e artigos, respaldaram os procedimentos de instituições as quais estavam vinculados direta ou indiretamente. O setor financeiro corrompeu o estudo da economia. Os economistas acadêmicos, desde 1980, exerceram papel relevante na formatação da política norte-americana, como os maiores defensores da desregulamentação.

---

<sup>29</sup> Este tópico tem como referência principal o documentário *Inside Job*, escrito e dirigido por Charles Ferguson e ganhador do “Oscar” da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas (EUA), como o melhor documentário, em 2011 (FERGUSON, 2010).

<sup>30</sup> *Ibidem*.

Em função do domínio cultural norte-americano, os conceitos favoráveis a desregulamentação foram internacionalizados, contribuindo para conferir fluidez internacional ao capital. Não tardou que investidores estrangeiros entrassem na ciranda.

Vários argumentos quanto ao emprego do “soft power” inserem-se no caso em questão. Estão presentes a manipulação de conhecimento e a forte atuação dos “ungidos” e seguidores, estimulados por grupos de interesse, criando laços que tolheram a ação dos órgãos reguladores nos Estados Unidos. Quanto aos conceitos de estratégia, observou-se a moldagem de uma conjuntura favorável às grandes instituições financeiras. Por fim, o arcabouço teórico, em função do domínio cultural norte-americano, foi internacionalizado, contribuindo, para conferir fluidez internacional ao capital.

## 6. A TEMÁTICA INDÍGENA

“O mito da benfazeja natureza não pode ser aplicado à crueldade da vida nos trópicos.”

Theodore Roosevelt, em seu diário, durante expedição na Amazônia (1913–1914).<sup>31</sup>

É oportuno frisar que, neste tópico, não se contesta a necessidade de proteção a segmentos fragilizados, como é o caso de indígenas em estágio primitivo, mas é evidente que há demasiada manipulação do tema, criando laços inibidores ao desenvolvimento do país, vale dizer, da capacidade de gerar riqueza em benefício de nossa sociedade – uma prática nos moldes da estratégia indireta, segundo a concepção de André Beaufre.

Possivelmente, nada comove mais ao homem comum que a visão idílica que se tem da interação entre os povos primitivos com a natureza. Mas a realidade é que “viver em perfeita comunhão com a natureza” é duro, insalubre, trabalhoso, desconfortável, oferece reduzida expectativa de vida e é, até mesmo, cruel, considerando os referenciais civilizados.

A História nos ensina que, quando dois povos entram em contato, ocorre um choque (cuja natureza e intensidade dependem dos interesses envolvidos e do desenvolvimento e de belicosidade das partes) e uma troca de experiências, pois mesmo as sociedades mais atrasadas tem

---

<sup>31</sup> Ribeiro, 2012.

algo a ensinar. A troca de informações faz com que os indivíduos da sociedade menos evoluída passem a aspirar às vantagens disponíveis na mais avançada. Os recursos de comunicações existentes elevaram essa troca de informações, gerando ansiedades, confrontos, migrações e, principalmente, progresso. É utópico pensar que índios dotados de um mínimo de informação desejem viver no mato, sem os confortos da vida moderna.

Contrariando a verborragia que cerca o tema, a equação é mais simples do que se poderia imaginar, e pode ser sintetizada em uma relação de poder. O “nobre ecosselvagem”, enquanto primitivo, é mais dependente e submisso à natureza, em comparação com os povos mais desenvolvidos. Não há, em realidade, uma relação intrínseca consciente de convivência e preservação. Afinal, onde as circunstâncias ofereceram engenho e arte aos índios, estes não se furtaram a provocar dano! Registros indicam que os europeus, ao chegarem à América, surpreenderam-se com a devastação das florestas, sendo que os indígenas norte-americanos matavam búfalos (bisão americano) em massa, direcionando as manadas para despenhadeiros, onde os animais morriam em quantidades muito superiores às necessidades das tribos. Ironicamente, esta mortandade inútil caiu em desuso com o advento de uma “novidade tecnológica” trazida pelo homem branco: o cavalo. Cada caçador, a cavalo, passou a matar um ou dois animais por vez, o que era mais apropriado às suas necessidades (WHELAN, 1999, p. 30, 42). Ou seja, a evolução possibilitou-lhes, inconscientemente, adotar procedimentos ambientalmente mais saudáveis que o oposto.

O uso de pessoa fora do ambiente constitui um recurso de crítica comum de vasto uso na literatura. Dado ao fato de que as suas peculiaridades são desconhecidas, a mitificação torna-se fácil. O mito passa, então, a configurar um instrumento de persuasão, utilizado em proveito de interesses diversos. O mito do nobre selvagem, de forma recorrente, questiona dilemas, encarados de forma peculiar em cada época. Serviu como arma de propaganda, da Revolução Francesa à revolução sexual. A ideia de Rousseau quanto à inexistência de propriedade privada fez do selvagem o “protocomunista”. Em nosso tempo, tornou-se “verde”. A mística, a despeito da atuação de gente séria, evolui ao sabor do momento!

Não haveria problema se tais temas ficassem restritos à retórica. Ocorre que a temática é manipulada, gerando potencial insegurança

jurídica (como no que se refere ao conceito de “povos ressurgidos”<sup>32</sup>) e torna aceitável a ratificação de diretrizes internacionais, as quais, indiretamente, prejudicam o desenvolvimento do país. É o caso da Convenção 169 (1989) da Organização Internacional do Trabalho, que versa sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Este documento é o pretexto para as diversas invasões de indígenas em instalações em funcionamento ou em obras de vulto, como o canteiro de obras da Usina de Belo Monte. É evidente que a Convenção, ao oferecer argumentos para tais excessos, constitui uma amarra que restringe o desenvolvimento do país.

Cumprir destacar que apenas 22 países ratificaram a Convenção (até 11 de maio de 2013), sendo que, dos países desenvolvidos incluídos na relação, somente a Dinamarca possui povo indígena com alguma relevância em território sob sua jurisdição (esquimós, na Groelândia).<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> “Povos Ressurgidos”: O Texto-Base da Campanha da Fraternidade-2002 (CF-2002), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nas páginas 31 e 32, assim explica o conceito de “Povos Ressurgidos” (também chamados de “Povos Emergentes”):

“Outro segmento da população indígena desassistido pelo governo brasileiro são os povos ressurgidos. São povos que foram forçados a manter no anonimato as suas identidades étnicas e culturais durante anos e até séculos, em consequência de violentos processos de perseguição e de discriminação. A conjuntura dos últimos anos tem possibilitado que esses povos reassumam suas identidades e reivindiquem a devolução de seus territórios tradicionais, cabendo ao Estado brasileiro demarcá-los, conforme determina a Constituição.”

Nesta mesma linha, a antropóloga Clarice Cohn assinalou (COHN, 2013):

“Autodeclaração é a maior conquista recente dos indígenas, mas eles são vistos ainda como entraves para o progresso. (...) A diversidade étnica baseia-se no autorreconhecimento e na autoidentificação. É índio aquele que se reconhece como tal, e é reconhecido por uma comunidade indígena como seu membro. Assim, evita-se o arbítrio de ter um terceiro definindo a “indianidade” de qualquer pessoa (...).”

Vale dizer que, consoante o conceito, qualquer cidadão pode se autodeclarar índio, se assim lhe for conveniente e vantajoso, reunir-se a outros autodeclarantes, e passar a reivindicar a devolução de territórios ditos tradicionais. É evidente que se trata de uma proposição capaz de gerar insegurança jurídica e confrontações, ao serem apresentadas reivindicações de terras com titularidade, afetando negativamente outras pessoas ou instituições. Uma iniciativa que pode ser provocada com o propósito de inibir empreendimentos importantes para o país.

Argentina, Bolívia, Brasil, República Centro-Africana, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Dominica, Equador, Fiji, Guatemala, Honduras, México, Nepal, Holanda, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Peru, Espanha e Venezuela, conforme International Labor Organization. Ratifications of C169: Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989. Disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:2303153132466208:::P11300\\_INSTRUMENT\\_SORT:3](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:2303153132466208:::P11300_INSTRUMENT_SORT:3)>. Acesso em: 11 fevereiro 2013.

<sup>33</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, República Centro-Africana, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Dominica, Equador, Fiji, Guatemala, Honduras, México, Nepal, Holanda, Nicarágua, Noruega, Paraguai, Peru, Espanha e Venezuela, conforme International Labor Organization. Ratifications of C169: Indigenous and Tribal Peoples Convention, 1989, disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:2303153132466208:::P11300\\_INSTRUMENT\\_SORT:3](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:2303153132466208:::P11300_INSTRUMENT_SORT:3)>. Acessado em 11 de maio de 2013.

Outra vulnerabilidade é a ausência da confrontação equilibrada dos pesos e contrapesos no processo de demarcação de terras indígenas. O procedimento, que leva extensas áreas do território a serem excluídas do processo de desenvolvimento ou limitam o controle do Estado sobre elas, não é submetido a referendo pelo Congresso Nacional, além de ficar concentrado em um segmento do Poder Executivo.<sup>34</sup>

Os assuntos indígenas são sujeitos à manipulação em benefício de interesses divergentes dos nacionais, mediante atuação dos “ungidos” e seguidores. A construção de laços de dissuasão que limitam a liberdade de ação do país, tanto no campo interno quanto externo, configura moldagem de uma conjuntura favorável aos nossos competidores externos, pois dificulta que o país incremente a infraestrutura energética e viária, o agronegócio e outros.

## CONCLUSÃO

“Soft power” (...) é mais que persuasão ou a habilidade de mobilizar as pessoas com argumentos. É a habilidade de seduzir e atrair. E atração geralmente leva à aquiescência ou a imitação.”

Joseph Nye (2002)

“Somos todos ignorantes, mas não ignoramos as mesmas coisas”!

Albert Einstein

".... as we know, there are known knowns; there are things we know we know. We also know there are known unknowns; that is to say we know there are some things we do not know. But there are also unknown unknowns -- the ones we don't know we don't know."

Donald Rumsfeld<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> Sobre a demarcação de Terras Indígenas, maiores detalhes podem ser vistos em: Lei de Terras Indígenas - Decreto 1.775/96, de 8 de janeiro de 1996; e no tópico As Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#como>>. Acesso: 11 fev. 2013. Algumas tentativas de mudança estão em progresso.

<sup>35</sup> Tradução livre: “... como sabemos, existem conhecimentos conhecidos; há coisas que sabemos que sabemos. Nós também sabemos que há incógnitas conhecidas, ou seja, sabemos que existem algumas coisas que não conhecemos. Mas também existem incógnitas desconhecidas - aquelas que não sabemos que não sabemos (existir).” Donald Rumsfeld, então Secretário de Defesa, utilizou o argumento, ao responder a uma pergunta, em uma conferência de imprensa, em 12 de fevereiro de 2002. O argumento, um jogo de palavras, popularizou-se com a resposta de Rumsfeld, mas já era de uso conhecido em administração e no meio militar.

"Tolos e ingênuos têm vida atribulada!"

Versão formal de um ditado muito popular na  
Marinha

O "soft power" vai além da persuasão ou a habilidade de mobilizar as pessoas com argumentos, pois envolve sedução e atração. Constitui o poder perceptível de uma nação. No caso de um país, é conformado em função dos componentes do Poder Nacional, pois é evidente que aquele que é rico, forte e sábio é atraente, infunde respeito e credibilidade e é visto como poderoso. Ou seja, os Poderes Econômico, Militar e Científico & Tecnológico são fundamentais para capacitar-se ao exercício do "soft power". Podemos considerar que instituições também dispõem do "poder suave", na medida em que são atuantes no cenário nacional e internacional.

A abordagem sobre estratégia, entre outros argumentos relevantes, destacou: a moldagem de uma conjuntura favorável; a importância do conhecimento e do estratagema; de vencer sem lutar; e o conceito de estratégia indireta. O que nos permitiu ir um pouco além do apresentado por Nye, pois o "soft power" parece indolor, mas a resultante final da aplicação deste poder pode ser dolorida ou, ao menos, indesejável para quem sofre a ação, ainda que a relação causa-efeito não seja percebida.

Também se considerou importante discorrer sobre o ambiente em que vivemos e como se dá a manipulação do conhecimento, aproveitando a abordagem crítica de Thomas Sowell.

Este trabalho, após considerações teóricas quanto ao "poder suave", trouxe a baila alguns casos relacionados, em nosso juízo, ao emprego do conceito, que foram selecionados de modo a abranger as suas várias aplicações.

O primeiro, relacionado ao sucesso e declínio de Portugal, retratou a bem sucedida atuação portuguesa em conquistar um império colonial, em boa parte fundamentada em seu "soft power", pois o país foi capaz de estabelecer a agenda internacional. E como decaiu quando as modificações no quadro político e psicossocial degradaram este poder.

A iniciativa belga de se estabelecer no coração da América do Sul é um caso baseado em expertise e conhecimento das potencialidades regionais, precedido por estudos e expedições realizadas em décadas anteriores. Algumas das dificuldades enfrentadas pelo empreendimento estão relacionadas à atuação das instituições nacionais e o seu desmanche está vinculado à inteligente e discreta atuação da diplomacia brasileira, que atuou no plano econômico e soube oferecer opções ao capital belga. Uma autêntica aplicação do "smart power", que incluiu uma ação da diplomacia naval.

O terceiro caso - a tentativa de criação do Instituto Internacional da

Hiléia Amazônica - é sui generis, na medida em que partiu de nosso próprio Governo uma iniciativa que significaria abdicar da soberania plena sobre expressiva parte de nosso território. Processo que somente foi sustado no último momento. Notou-se, ai, um bom exemplo da atuação, ainda que honesta e sem malícia, dos “ungidos”; bem como a importância da sociedade dispor de um sistema de pesos e contrapesos eficaz.

A apresentação da discussão da IMO relativa à adoção dos petroleiros de duplo casco buscou demonstrar como uma decisão inócua e de alto custo pode ser tomada em uma organização internacional, atizada por grupos de interesse com credibilidade - com a bandeira mágica “preservação do meio ambiente” -, porque boa parte dos países possuem interesses limitados e são de baixo valor de cooptação.

O penúltimo exemplo, “a crise financeira global de 2008”, trouxe ao lume a ajuda da academia na conformação de uma crise mundial, ao respaldar a moldagem de uma conjuntura favorável às grandes instituições financeiras, mas inibidora dos mecanismos reguladores estatais; bem como a rápida internacionalização do arcabouço teórico, contribuindo, deste modo, para conferir fluidez internacional ao capital, o que também era do interesse de tais instituições.

Por fim, chegamos à temática indígena, onde múltiplos aspectos relacionados ao “soft power” podem ser vislumbrados, em especial, a capacidade de se manipular uma causa artificialmente configurada em benefício de interesses divergentes dos nacionais. Neste caso, observa-se uma relevante atuação dos “ungidos” e seguidores.

Por oportuno, vale destacar outro aspecto importante, despertado pelas afirmativas de Einstein e de Rumsfeld que abrem esta conclusão: a essência em conduzir o “poder suave” está na gestão do conhecimento, o que só é possível em um ambiente que gere um grande número indivíduos capazes de perceber as múltiplas variáveis intrínsecas dos problemas que afligem a sociedade. É o conhecimento que possibilita a existência da habilidade de construir e moldar estratégias de qualidade e a formação de massa culta, dotada de conhecimento diversificado e capacitada a apreciar as diversas propostas que são apresentadas, bem como impor a voz, exercendo o saudável direito de divergir, mostrando as correções necessárias ou indicando novos caminhos. Argumentos que nos leva ao tema educação.

A educação está intimamente relacionada à formação do cidadão. A educação tem que ser vista em seu sentido amplo: de desenvolvimento continuado das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano. Isto envolve a transferência de valores, os quais constituem referenciais importantes para gerar coesão em uma sociedade. Vale lembrar que

pessoas educadas tendem a ser mais firmes nos seus pontos de vista (além de serem mais capacitadas a decidir). Costumam rejeitar as mensagens que colidam com as suas ideias, valores e expectativas, sendo, portanto, menos influenciáveis.

Adicionalmente, uma sociedade que oferece amplas oportunidades de educação tende a progredir acentuadamente, pois é aumentada a geração de expoentes, que contribuirão para o seu engrandecimento. Afinal, “sábios só nascem em uma sociedade sábia”<sup>36</sup>

Também é importante que o país disponha de instituições integradoras e harmonizadoras de conhecimento, focadas no interesse do país, voltadas para indivíduos de alto nível, ou seja, as elites governamentais e privadas, habilitando-as a formular e implementar estratégias de longa maturação, adequadas, eficazes e eficientes.

O nosso Brasil merece que reflitamos sobre estas questões!

## REFERÊNCIAS

ABREU, G. *A Comunicação Social e as Forças Armadas: Missão Institucional*. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização)- Escola Superior de Guerra (CAEPE), Rio de Janeiro, 2005.

ABREU, G. *O Brasil e a Segurança e Defesa no Âmbito da UNASUL*. Paineis apresentados na Escola Superior de Guerra, em 08 de dezembro de 2010.

ABREU, G. Política Externa e Defesa na Primeira Metade do Século XX. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 14, dez. 2009.

ASSINATURA de Convênio: CONTTMAF e Marinha do Brasil renovam convênio para a Confederação continuar a participar das decisões da RPB-IMO. *UNIFICAR*, Revista do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, n. 27, out. 2009 p. 26. Disponível: <<http://www.sindmar.org.br/uploads/revistas/pdf/1030027unificar.pdf>>. Acesso em: 11 maio de 2013.

BEAUFRE, A. *Introdução à Estratégia*. Trad. Araripe, L a partir do original de 1963. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1998. 156 p.

BERNARDES, A. Internacionalização da Amazônia com o disfarce do Instituto Internacional da Hiléia. Conferência no Clube Militar, em 27 de junho de 1951.

BITTMAN, L. *The KGB and Soviet Desinformation: an insider's view*. McLean, Virgínia, EUA: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers. 1985.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. *Diário*

---

<sup>36</sup> Esta frase costuma ser proferida pelo ex-Ministro Ozieres Silva, em suas palestras.

Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>

BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-304B: guia para estudos de estratégia. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, Ministro (Lauro Muller). *Relatório do ano de 2011 apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brasil compreendendo o período decorrido de 1º de janeiro a 30 de abril de 2012*. Publicado em 1912. The Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries. Disponível em: <[http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes\\_exteriores](http://www.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores)>. Acesso em: 11 maio 2013.

CAMPANHA da Fraternidade 2002: por uma terra sem males. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Crônicas de uma Educação Vacilante*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2005.

CATÁLOGO o Brasil, a França e o Mar. Rio de Janeiro: EMC - Edições, 2009.

CHAGNON, N. *Noble savages: my life among the dangerous tribes: the Yanomamöand the anthropologists*. New York: Simon & Schuster Inc. 2013.

COHN, C. TutelaNuncaMais. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 91, abr. 2013.

COSTA, O. *Governo e a Comunicação Social*. Texto da conferência proferida na Escola Superior de Guerra em 19 de outubro de 1970.

COSTA, O. *Painel: Televisão e Educação*. Texto da conferência proferida na Escola Superior de Guerra em 1978.

COSTA, S. *Crônica de uma Guerra Secreta*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

DEMOULIN, M; STOLS, E. *Les Belges au Mato Grosso eten Amazonie ou la récidive de l'aventure congolaise (1895-1910)*. Bélgica: [s.d], 1987.

ETINSON, Adam. Of Cannibals, Kings, and Culture: the problem of ethnocentricity. *The Stone, The New York Times*, 17 de fevereiro de 2013.

FERGUSON, C. *Inside Job* (documentário). EUA: Economic Crisis Film LCC, 2010.

GARCIA, Domingos. *Território e Negócios na "Era dos Impérios": os Belgas na fronteira oeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Economia, Departamento de Política e História Econômica, Campinas, SP, 2005.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Convention n. 169. Indigenous and Tribal Peoples*. 1989. Disponível em: <<http://www.ilo.org/indigenous/Conventions/no169/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 11 maio 2013.

JERKINS, B. *International Terrorism: a new kind of warfare*. California, USA: The Rand Corporation, June 1974. Disponível em: <<http://www.rand.org/content/>>

dam/rand/pubs/papers/2008/P5261.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

LEGISLAÇÃO Fundamental, 1. In: BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. 2008. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/projetos/Plano\\_editorial/Pdf/Legis4/Cap1-Legislacao\\_Fundamental.pdf](http://www.funai.gov.br/projetos/Plano_editorial/Pdf/Legis4/Cap1-Legislacao_Fundamental.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2013.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol.14, p.169-189, dez. 2007.

MAIO, Marcos Chor; MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Proposta global, resposta local: a UNESCO e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. In: ENCONTRO ANUAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004. Anais... Indaiatuba, SP, 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/marcos\\_chor\\_rodrigo\\_silva.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/marcos_chor_rodrigo_silva.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2011.

MAIO, Marcos Chor. Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. *Revista Estudos Avançados*, v.19 n. 53. jan./apr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 maio 2013.

MORAES NETO, G. *Garrafas ao Mar: a víbora manda lembranças*. Documentário sobre Joel da Silveira dirigido por Geneton Moraes Neto. Rio de Janeiro: Globo News – Central Globo de Jornalismo. 2013.

NYE JR., Joseph S. *Soft Power: the means to success in world politics*. Cambridge, USA: Perseus Book Group, 2004.

NYE Jr., Joseph S. *The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone*. New York: Oxford University Press, 2002.

PAICE, E. *A Ira de Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. *O papel do Brasil nos organismos internacionais ligados ao direito do mar com destaque à IMO. Seminário "O Direito do Mar em foco: 30 anos da Convenção da Jamaica"*. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 31 de outubro de 2012.

PONDÉ, L. Os unguídos. *Folha de São Paulo*, 12 de nov. 2012. p. E12.

REIS, A. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SILVA, Priscila Reis da. Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados na Costa Brasileira: estrutura e implicações ambientais. [Rio de Janeiro] 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/prdasilva.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2011.

TSÉ-TUNG, Mao. *O Livro Vermelho*. Adaptação de Luis Fraga. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010. 160p.

WHELAN, Robert. *Wild in Woods: the myth of the noble eco-savage*. Londres: The Institute of Economic Affairs, 1999. (Série IEA Studies on the Environment, 14).

WIGHT, M. *A Política do Poder*. Trad. Sérgio Duarte. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Exteriores; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Recebido em: 21/02/2013

Aceito em: 29/07/2013